

COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998

Balço Patrimonial - AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES "DONA MARIA LOPES" - AME JUNDIAÍ - CRUZADA BANDEIRANTE SÃO CAMILO ASSISTÊNCIA MÉDICO SOCIAL

Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês - Unidade - Ambulatório Médico de Especialidades "Dona Maria Lopes" - AME Jundiaí

CNPJ nº 09.538.688/0012-95

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS "CARVE-OUT" - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Balancos Patrimoniais - 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em Reais - R\$)			
Ativo	Nota	2022	
Ativo circulante			
Caixa e Bancos	-	2.256	
Recursos financeiros vinculados a projetos	4	2.336.992	
Estoques	5	311.809	
Créditos diversos	-	58.935	
Total do ativo circulante		2.709.992	
Ativo não circulante			
Intangível	-	55.488	
Imobilizado	6	1.249.451	
Total do ativo não circulante		1.304.939	
Total do ativo		4.014.931	

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em Reais - R\$)

	Nota	Superávit acumulado	Superávit do exercício	Total
Superávit do exercício	-	-	578.474	578.474
Saldos em 31 de dezembro de 2022				578.474

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras "Carve-out"

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: **1.1 Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto"):** O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") é uma associação sem fins lucrativos que, nos termos de seu Estatuto Social, tem por objeto "fomentar ou realizar atividades de promoção, proteção e assistência à saúde, sem finalidade lucrativa, através de ações na área médica, de saúde, de pesquisa e ensino (artigo 2º)". Constituído em 14 de abril de 2008, com sede na Rua Peixoto Gomide nº 337, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0001-32. Em 15 de julho de 2008, foi reconhecido pela Secretaria Municipal de Gestão como Organização Social de Saúde no Município de São Paulo e, em 30 de novembro de 2009, como Organização Social de Saúde pela Secretaria Estadual de Gestão Pública. **1.2 Ambulatório Médico de Especialidades "Dona Maria Lopes" - AME Jundiaí ("Unidade"):** Inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0012-95, localizada na Rua Rangel Pestana, 531 - Centro - Jundiaí/SP. Em 27 de dezembro de 2021 foi celebrado Contrato de Gestão SES-PRC-2021/36553 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, assumindo a gestão a partir de 1 de janeiro de 2022 por 5 anos. **Plano da Administração para o AME Jundiaí:** O Ambulatório Médico de Especialidades "Dona Maria Lopes" - AME Jundiaí ("Unidade") incorreu com superávit de R\$ 578.474 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O valor do patrimônio líquido ficou em R\$ 578.474. O ativo circulante excede ao passivo circulante em R\$ 580.010. A unidade incorporou-se ao Instituto em janeiro de 2022, e cumpriu com as metas estabelecidas, mesmo com o absentismo em consultas médicas girando em torno de 20%. As metas de Cirurgias Médicas Ambulatoriais - CMA (maior) e CMA (menor) foram cumpridas e houve a participação no corujão de cirurgias eletivas e oftalmologia. A gestão da unidade monitorou ativamente as despesas e readequou consumo de materiais e medicamentos, além da revisão e readequação de agendas. Esses esforços contribuíram para o fechamento do ano com superávit. Para o ano de 2023, a unidade mantém perspectiva de equilíbrio em sua operação e de Patrimônio Líquido positivo. As projeções consideram as revisões de metas pactuadas com a Secretaria Estadual de Saúde (SES), com acréscimo de 50% em CMA (maior) e cma (menor), além do complemento em Serviço de Apoio Diagnóstico Terapêutico (SADT) Externo. Ações de eficiência, economicidade e qualificação de demanda continuarão sendo consideradas para cumprimento do orçamento e manutenção das boas práticas de gestão. **1.3 Imunidade Tributária:** O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") é uma entidade de saúde, sem fins lucrativos, a qual, nos termos do artigo 150, VI, "c", da Constituição Federal, é imune aos impostos incidentes sobre sua renda, patrimônio e serviços. Nesse sentido, como entidade imune, deve cumprir todas as obrigações acessórias previstas na legislação municipal de ISS, sobretudo quanto à emissão de nota fiscal na prestação de serviços. Independentemente da imunidade tributária do Instituto, não há incidência de ISS no âmbito do contrato de gestão, pois não há caracterização de prestação de serviços ao Poder Público. **2. Apresentação das demonstrações financeiras "Carve-out" e principais práticas contábeis adotadas:** **a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras do Instituto foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras "Carve-out" que estão sendo apresentadas contemplam apenas os direitos, obrigações e o resultado das operações da filial Ambulatório Médico de Especialidades "Dona Maria Lopes" - AME Jundiaí ("Entidade") gerida pelo Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") os quais são controlados e operados por meio de centros de custos pela controladoria do Instituto. Dessa forma, não representando, a situação financeira e patrimonial do Instituto como um todo (operações e resultados da sede-matriz, decorrentes das atividades hospitalares, e das filiais, decorrentes da operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde dessas Organizações Sociais de Saúde (OSS). Ressaltamos que no modelo de contratos de gestão de uma Organização Social de Saúde - OSS, quando existe o término do contrato e não há interesse entre as partes em mantê-lo, o ente público abre processo licitatório para contratação de uma nova entidade privada que passará a gerir o contrato. Dessa forma, os bens, direitos e deveres da OSS são transferidos de uma entidade privada para outra a partir desse momento. O contrato de gestão em questão segue o mesmo pressuposto e, caso o Instituto manifeste interesse em não renová-lo, o mesmo será devolvido ao ente público que buscará outra entidade privada para assumir o contrato de gestão. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. Para melhor comparabilidade, algumas rubricas e notas explicativas foram reclassificadas, sem alterar o resultado da Entidade e/ou a posição patrimonial. A emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi aprovada pelo Conselho de Administração do Instituto em 30 de março de 2023. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras "Carve-out" são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto. Todos os saldos foram arredondados desconsiderando os centavos, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Instituto e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Determinação da vida útil do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 3.c (iii)); e Determinação da mensuração de provisões para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 10). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis do Instituto requer a mensuração de valor justo, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração do Instituto. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Instituto usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros do Instituto está classificado como Nível 2. O Instituto reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais

Demonstrações dos Resultados - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em Reais - R\$)

	Notas	2022
Receitas operacionais		
Recursos dos contratos de gestão - Estadual	13	14.140.034
Receitas com doações de materiais		4.475
Outras receitas		234.038
		14.378.548
Custos e despesas operacionais		
Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos	14	(11.551.678)
Utilidade pública	15	(435.532)
Serviços profissionais	16	(1.553.737)
Depreciações	6	(84.009)
Amortizações	-	(13.872)
Contingências	10	(18.258)
Outras despesas operacionais	17	(387.954)
		(14.045.040)

Superávit operacional antes do resultado financeiro

Despesas financeiras	18	(435.532)
Receitas financeiras	18	251.138
Receitas financeiras, líquidas	18	244.966

Superávit do exercício

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em Reais - R\$)

2022	
Superávit do exercício	578.474
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente do exercício	578.474

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em Reais - R\$)

	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais	2022
Superávit do exercício	578.474
Ajustes por	
Provisão para contingências	18.258
Depreciações	84.009
Amortizações	13.872
Receita de aplicação financeira	(251.138)
Varição de ativos e passivos operacionais (Aumento) redução dos ativos	(311.809)
Estoques	(58.934)
Créditos diversos	
Aumento (redução) dos passivos	
Fornecedores	1.438.386
Obrigações trabalhistas	580.502
Obrigações tributárias	44.900
Outras contas a pagar	66.194
Contingências pagas	(16.722)
Subvenções de bens a apropriar - imobilizado/intangível	460.109
Caixa líquido das atividades operacionais	2.466.101
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Recursos financeiros vinculados a projetos	(2.085.854)
Subvenções de bens a apropriar - compras de imobilizado e intangível	(557.991)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	(2.643.845)
Varição de caixa e equivalentes de caixa	2.256
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.256
Varição de caixa e equivalentes de caixa	2.256

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(i) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ou ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2022 o Instituto não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Instituto mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR):** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outras créditos. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(ii) Desreconhecimento:** O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Instituto nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Instituto desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Instituto também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iii) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **m. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. As seguintes normas alteradas e interpretações não têm um impacto significativo nas demonstrações financeiras "Carve out" da Entidade: • Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e • Referências à Estrutura conceitual. Adicionalmente existem normas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras "Carve out" da Entidade, que não deverão ter impacto significativo para a Entidade listados abaixo: • CPC 50 - Contratos de Seguro; • CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis; e • CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. **continua** ★

★ continuação														
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras "Carve-out" do Instituto de Responsabilidade Social Sirio-Libanês - Unidade - Ambulatório Médico de Especialidades "Dona Maria Lopes" - AME Jundiá (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)														
4. Recursos financeiros vinculados a projetos:	2022			10. Provisão para demandas judiciais:	2022			31/12/2022	Fluxo de caixa contratuais					
Aplicações financeiras - vinculadas	2.336.992			Provisão para demandas judiciais	1.536			Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil					
Referem-se principalmente a Fundos de Investimentos por cotas que apresentam em sua composição títulos públicos federais ou títulos privados de baixo risco de crédito, pré ou pós-fixados. As remunerações das aplicações financeiras rendem juros que variam durante o exercício de 2022 de 94% a 106% do CDI.														
5. Estoques:	2022			Movimento de 2022			31/12/2022	6 meses ou Menos						
Gêneros alimentícios, rouparia, uniformes e outros	77.815			Saldo em 31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2022						
Medicamentos, materiais médico-cirúrgicos e enfermagem	233.994			Trabalhistas	-	78.322	(60.064)	(16.722)	1.536					
	311.809			O Instituto é parte (pólo passivo) em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas. A Administração, apoiada na opinião de seus consultores legais, constituiu provisões para cobertura das perdas consideradas como prováveis para os processos, nos montantes indicados a seguir:										
6. Imobilizado	Depreciação acumulada	2022			11. Subvenção de bens a apropriar - imobilizado:									
Instalações	324.771	(32.477)	292.294	Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado										
Móveis e utensílios	145.133	(14.028)	131.105	Movimento de 2022										
Máquinas e equipamentos médicos	374.926	(37.504)	337.423	Total de aquisições										
	844.830	(84.009)	760.821	Total de baixas										
Imobilizado em andamento	488.630	-	488.630	Total de Depreciação Acumulada										
	488.630	-	488.630	Saldo em 31/12/2022										
Total	1.333.460	(84.009)	1.249.451	12. Patrimônio Líquido: Conforme Estatuto Social da Instituição, deverão ser aplicados integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. De acordo com o Estatuto Social, em caso de extinção ou dissolução os bens que integram o seu patrimônio, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados ao patrimônio de outra organização social da mesma área de atuação ou ao patrimônio do órgão público ou instituição pública na proporção dos recursos e dos bens por ele alocados nos termos dos contratos de gestão. Remuneração da administração: O Instituto não remunera de forma direta ou indireta seus membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Foi apurado em 2022 o custo dos conselheiros com trabalho voluntário de R\$ 3.223.										
As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstradas nos quadros abaixo:														
Custo	Adições	Baixas	31/12/2022	13. Receitas dos contratos de gestão - Estadual:										
Imobilizado em andamento	488.630	-	488.630	Receitas com contrato de gestão Estadual - AME Jundiá (a)										
Instalações (a)	324.771	-	324.771	Receita com subvenção de imobilizado										
Móveis e utensílios (a)	145.133	-	145.133	2022										
Máquinas e equipamentos médicos (a)	374.926	-	374.926	14.042.153										
Total custo	1.333.460	-	1.333.460	97.880										
Depreciação	Adições	Baixas	31/12/2022	14.140.034										
Instalações	(32.477)	-	(32.477)	(a) As receitas apresentadas nesta rubrica destinam-se ao custeio das atividades nas unidades com a Secretaria de Estado da Saúde do Estado de São Paulo, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1). Vide nota explicativa 6. 12. Patrimônio Líquido: Conforme Estatuto Social da Instituição, deverão ser aplicados integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. De acordo com o Estatuto Social, em caso de extinção ou dissolução os bens que integram o seu patrimônio, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados ao patrimônio de outra organização social da mesma área de atuação ou ao patrimônio do órgão público ou instituição pública na proporção dos recursos e dos bens por ele alocados nos termos dos contratos de gestão. Remuneração da administração: O Instituto não remunera de forma direta ou indireta seus membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Foi apurado em 2022 o custo dos conselheiros com trabalho voluntário de R\$ 3.223.										
Móveis e utensílios	(14.028)	-	(14.028)	13. Receitas dos contratos de gestão - Estadual:										
Máquinas e equipamentos médicos	(37.504)	-	(37.504)	Receitas com contrato de gestão Estadual - AME Jundiá (a)										
Total depreciação	(84.009)	-	(84.009)	Receita com subvenção de imobilizado										
Saldo líquido	1.249.451	-	1.249.451	2022										
(a) Ativos recebidos do contrato de gestão anterior, dessa forma não há efeito caixa.														
7. Fornecedores:	2022			14. Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos:										
Fornecedores nacionais	1.438.386			18. Resultado financeiro:										
Cronograma de vencimentos	Total	6 meses ou Menos			Despesas financeiras									
Fornecedores	1.438.386	1.438.386			Tarifas Bancárias									
Total	1.438.386	1.438.386			Outras despesas financeiras									
Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares.														
8. Obrigações trabalhistas:	2022			Juros incorridos										
Provisão para férias e encargos sobre férias	419.293			Receitas financeiras										
Contribuições e encargos sociais	116.352			Receita de aplicações financeiras										
Salários e ordenados a pagar	44.857			Descontos obtidos										
	580.502			Resultado financeiro										
9. Obrigações tributárias de terceiros:	2022			19. Instrumentos financeiros: O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar, salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado. Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 o Instituto não efetuou operações com derivativos. Em função das características e forma de operação (bem como posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2022), o Instituto está sujeito aos fatores de: (I) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Instituto. O Instituto mantém discussões com os órgãos públicos para garantir sua liquidez, com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde e Prefeitura Municipal de São Paulo, através da Secretaria Municipal de Saúde, buscando equalizar as obrigações assumidas sob gestão do Instituto. Exposição ao risco de liquidez: A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira.										
PIS/COFINS/CSLL	35.176			Despesas financeiras										
IRRF	5.932			Tarifas Bancárias										
INSS	2.869			Outras despesas financeiras										
Total	2022			Juros incorridos										
ISS	923			Receitas financeiras										
	44.900			Receita de aplicações financeiras										
Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares.														
10. Provisão para demandas judiciais:	2022			Descontos obtidos										
Provisão para demandas judiciais	1.536			Resultado financeiro										
O Instituto é parte (pólo passivo) em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas. A Administração, apoiada na opinião de seus consultores legais, constituiu provisões para cobertura das perdas consideradas como prováveis para os processos, nos montantes indicados a seguir:				19. Instrumentos financeiros: O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar, salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado. Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 o Instituto não efetuou operações com derivativos. Em função das características e forma de operação (bem como posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2022), o Instituto está sujeito aos fatores de: (I) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Instituto. O Instituto mantém discussões com os órgãos públicos para garantir sua liquidez, com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde e Prefeitura Municipal de São Paulo, através da Secretaria Municipal de Saúde, buscando equalizar as obrigações assumidas sob gestão do Instituto. Exposição ao risco de liquidez: A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira.										
Movimento de 2022	Saldo em 31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2022					31/12/2022	6 meses ou Menos			
Trabalhistas	-	78.322	(60.064)	(16.722)	1.536					1.422.978	1.422.978			
O Instituto não está envolvido em outros processos trabalhistas surgidos no curso normal de suas operações. Os processos trabalhistas com perdas consideradas como possíveis, representam o montante de R\$ 216.925 por uma administração, apoiada na opinião de seus consultores legais, não identifica a necessidade de constituir provisões para esses valores. Os principais temas trabalhistas abordados no processo versam sobre horas extras, adicionais de insalubridade, equiparação salarial, verbas rescisórias, dentre outros. 11. Subvenção de bens a apropriar - imobilizado: Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado										66.194	66.194			
										1.489.172	1.489.172			
										1.489.172	1.489.172			
										1.422.978	1.422.978			
										66.194	66.194			
										1.489.172	1.489.172			
										1.422.978	1.422.978			
										66.194	66.194			
										1.489.172	1.489.172			
										1.422.978	1.422.978			
										66.194	66.194			
										1.489.172	1.489.172			
										1.422.978	1.422.978			
										66.194	66.194			
										1.489.172	1.489.172			
										1.422.978	1.422.978			
										66.194	66.194			
										1.489.172	1.489.172			
										1.422.978	1.422.978			
										66.194	66.194			
										1.489.172	1.489.172			
										1.422.978	1.422.978			
										66.194	66.194			
										1.489.172	1.489.172			
										1.422.978	1.422.978			
										66.194	66.194			
										1.489.172	1.489.172			
										1.422.978	1.422.978			
										66.194	66.194			
										1.489.172	1.489.172			
										1.422.978	1.422.978			
										66.194	66.194			
										1.489.172	1.489.172			
										1.422.978	1.422.978			
										66.194	66.194			
										1.489.172	1.489.172			
										1.422.978	1.422.978			
										66.194	66.194			
										1.489.172	1.489.172			
										1.422.978	1.422.978			
										66.194	66.194			
										1.489.172	1.489.172			
										1.422.978	1.422.978			
										66.194	66.194			
										1.489.172	1.489.172			
										1.422.978	1.422.978			
										66.194	66.194			
										1.489.172	1.489.172			
										1.422.978	1.422.978			
										66.194	66.194			
										1.489.172	1.489.172			
										1.422.978	1.422.978			
										66.194	66.194			
										1.489.172	1.489.172			
										1.422.978	1.422.978			
										66.194	66.194			
										1.489.172	1.489.172			
										1.422.978	1.422.978			
										66.194	66.194			
										1.489.172	1.489.172			
										1.422.978	1.422.978			
										66.194	66.194			
										1.489.172	1.489.172			
										1.422.978	1.422.978			
										66.194	66.194			
										1.489.172	1.489.172			
										1.422.978	1.422.978			
										66.194	66.194			
										1.489.172	1.489.172			
										1.422.978	1.422.978			
										66.194	66.194			
										1.489.172	1.489.172			
										1.422.978	1.422.978			
										66.194	66.194			
										1.489.172	1.489.172			
										1.422.978	1.422.978			
										66.194	66.194			
										1.489.172	1.489.172			
										1.422.978	1.422.978			
										66.194	66.194			
										1.489.172	1.489.172			
										1.422.978	1.422.978			
										66.194	66.194			
										1.489.172	1.489.172			
										1.422.978	1.422.978			
										66.194	66.194			
										1.489.172	1.489.172			
										1.422.978	1.422.978			
										66.194	66.194			
										1.489.172	1.489.172			
										1.422.978	1.422.978			
										66.194	66.194			
										1.489.172	1.489.172			